

CONGRESSO NACIONAL

Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 1º Modifique-se os arts. 20 e 21 da Medida Provisória nº 927, de 2020, nos seguintes termos:

"Art. 20.
§ 1º O pagamento das obrigações referentes às competências mencionadas no caput será quitado em até seis parcelas mensais, com vencimento no sétimo dia de cada mês, a partir de março de 2021, observado o disposto no caput do art. 15 da Lei nº 8.036, de 1990.
,, ,, ,, ,, ,, ,, ,, ,, ,, ,, ,, ,, ,,
"Art. 21. Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, a suspensão prevista no art. 19 ficará resolvida em relação ao empregado e o empregador ficará obrigado:
JUSTIFICAÇÃO

Diante da Pandemia onde a orientação é evitar o deslocamento e contato com outras pessoas, a alteração sugerida visa a proteção dos indivíduos envolvidos e mais segurança jurídica para todos.

Sugerimos a inclusão do termo "em relação ao empregado" para maior segurança jurídica.

Diante do exposto, solicito aos nobres pares apoio para a aprovação da presente emenda.

Sala da Comissão,

de março de 2020.

Deputado ALEXIS FONTEYNE NOVO/SP